

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP

CNPJ nº 24.232.886/0152-70
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2.018	2.017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	5	1.225.498	1.286.694
Contas a receber	6	2.885.436	5.330.843
Estoques	7	693.730	641.970
Despesas antecipadas		73.670	60.283
Adiantamento a fornecedores		14.453	80.712
Adiantamento a funcionários		133.483	124.608
Partes relacionadas	12	12.028	11.807
Outros ativos circulante		45.256	53.956
		5.083.554	7.590.873
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		10.386	10.386
		10.386	10.386
Imobilizado	8	6.297.802	7.345.088
Intangível	8	408.254	474.321
Subvenções a realizar	8	(5.934.643)	(7.051.951)
		771.413	767.458
		781.799	777.844
Total do Ativo		5.865.353	8.368.717

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo)			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total
Em 1º de Janeiro de 2017	3.246.032	(874.126)	2.371.906
Transferência	(874.126)	874.126	-
Déficit do exercício	-	(731.301)	(731.301)
Em 31 de Dezembro de 2017	2.371.906	(731.301)	1.640.605
Transferência	(731.301)	731.301	-
Déficit do exercício	-	(2.180.314)	(2.180.314)
Em 31 de Dezembro de 2018	1.640.605	(2.180.314)	(539.709)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício / período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneras ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 27 de março de 2014, celebrou com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP, com vigência de 05 (Cinco) anos. **c) Plano de ação - Contrato de gestão:** A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, com o objetivo de equilibrar os custos com as receitas da unidade hospitalar. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar patrimônio líquido negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que sem prejudicar os atendimentos hospitalares e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de Abril de 2019. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 08 - Depreciação do ativo imobilizado; • Nota 13 - Provisão para descontinuidade; **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2018, a Pró-Saúde tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento na novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também em 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou

Passivo e patrimônio líquido(negativo)	Nota	2.018	2.017
Circulante			
Fornecedores	9	991.206	885.445
Honorários médicos	10	867.199	1.454.739
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.590.217	2.583.800
Obrigações fiscais		189.711	209.815
Partes relacionadas	12	139.726	515.675
		4.778.059	5.649.474
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	13	1.627.003	1.078.638
		1.627.003	1.078.638
Patrimônio Líquido (Negativo)			
Patrimônio social		1.640.605	2.371.906
Déficit do exercício		(2.180.314)	(731.301)
		(539.709)	1.640.605
Total do Passivo		5.865.353	8.368.717

inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição	2.018	2.017
Fundo Fixo	1.827	2.000
Banco (a)	1.223.671	1.284.694
	1.225.498	1.286.694

(a) Corresponde aos valores depositados em contas correntes no Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2018.

6. Contas a Receber: Descrição	2.018	2.017
Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes-Custeio(a)	5.303.160	6.025.235
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa(b)	(2.417.724)	(694.392)
	2.885.436	5.330.843

(a) Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes: As contas a receber com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 31.987. (b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento junto a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no próximo exercício social. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.018	2.017
Saldo em 1º de Janeiro	(694.392)	(694.392)
Complemento de provisão	(1.723.332)	-
Saldo em 31 de dezembro	(2.417.724)	(694.392)
7. Estoques: Descrição	2.018	2.017
Medicamentos	165.664	146.330
Materiais hospitalares de consumo	289.497	300.566
Materiais de Higiene e limpeza	41.072	41.082
Materiais de Expediente e Impressos	45.676	43.357
Fios Cirúrgicos	19.039	19.509
Gêneros alimentícios de SND	45.209	32.872
Uniformes e enxovais	24.732	16.077
Outros	62.841	42.177
	693.730	641.970

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar				
a) Composição				
	2.018		2.017	
Itens	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Beneficentários e instalações	434.435	(165.684)	268.751	306.615
Equipamentos de informática	751.862	(461.739)	289.581	332.548
Maquinas e equipamentos	6.776.555	(2.673.579)	4.102.976	4.771.181
Móveis e utensílios	2.947.145	(1.310.651)	1.636.494	1.934.745
Total imobilizado	10.909.455	(4.611.653)	6.297.802	7.345.088
Total do ativo imobilizado	1.084.203	(675.949)	408.254	474.321
Direitos de uso de software	1.084.203	(675.949)	408.254	474.321
Total intangível	1.084.203	(675.949)	408.254	474.321
Total do ativo imobilizado	1.084.203	(675.949)	408.254	474.321
(-)Subvenções a realizar*	(5.934.643)	-	(5.934.643)	(7.051.951)
Total subvenções a realizar	(5.934.643)	(5.934.643)	(7.051.951)	(7.051.951)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções -

Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2.018	2.017
Receitas Operacionais			
Receitas com subvenções - custeio	14	40.133.189	40.530.000
Receitas com subvenções - investimento	8b	1.117.308	1.295.960
Receitas financeiras		-	111.179
Outras receitas		17.412	49.082
Total das Receitas		41.267.909	41.986.221
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal	15	(17.104.341)	(16.830.713)
Serviços de terceiros	16	(13.589.733)	(14.422.133)
Custos corporativos compartilhados	17	(2.242.572)	(2.532.037)
Drogas, medicamentos e materiais	18	(3.829.063)	(3.818.632)
		(36.765.709)	(37.603.515)
Despesas gerais e administrativas	19	(4.888.386)	(5.060.544)
Despesa com provisão para devedores duvidosos	6b	(1.723.332)	-
Despesas financeiras		(70.796)	(53.463)
		(6.882.514)	(5.114.007)
Total das Despesas		(43.448.223)	(42.717.522)
Déficit do Exercício		(2.180.314)	(731.301)

Demonstração do resultado abrangente do período			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
	2.018	2.017	
Déficit Do Exercício	(2.180.314)	(731.301)	
Outros resultado abrangentes	-	-	
Resultado Abrangente do Exercício	(2.180.314)	(731.301)	

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	2.018	2.017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.018	2.017	
Déficit do exercício	(2.180.314)	(731.301)	
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	1.117.308	1.295.960	
Realização das subvenções	(1.117.308)	(1.295.960)	
Déficit Superávit do exercício ajustado	(2.180.314)	(731.301)	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	2.445.407	(1.920.026)	
Estoques	(51.760)	130.178	
Despesas antecipadas	(13.387)	4.176	
Adiantamento a fornecedores	66.259	(80.712)	
Adiantamento a funcionários	(8.875)	(16.986)	
Outros ativos circulante	8.700	(2.737)	
Fornecedores	105.761	204.072	
Honorários médicos	(587.540)	394.943	
Obrigações sociais e trabalhistas	6.417	104.249	
Obrigações fiscais	(20.104)	13.659	
Provisão para descontinuidade	548.365	225.778	
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	318.929	(1.674.707)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.955)	(27.398)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.955)	(27.398)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Subvenções governamentais de investimentos	-	-	
Empréstimos tomados com (pagos / efetuados à) partes relacionadas	(387.977)	1.187.241	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(387.977)	1.187.241	
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(73.003)	(514.864)	
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.286.694	1.801.558	
No fim do exercício	1.225.498	1.286.694	
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(61.196)	(514.864)	

investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação do bem, no exercício de 2018 no montante de R\$ 1.117.308 (Em 2017 R\$ 1.295.960).

b) Movimentação				
Itens	Saldo em 31/12/17	Adições	Depreciações/ baixas	Saldo em 31/12/18
Beneficentários e instalações	434.435	-	-	434.435
Equipamentos de informática	751.862	378	(920)	751.320
Maquinas e equipamentos	6.771.611	14.665	(9.271)	6.776.555
Móveis e utensílios	2.956.600	14.515	(23.970)	2.947.145
(-) Depreciação	(3.569.419)	(1.049.591)	7.357	(4.611.653)
Total imobilizado	7.345.089	29.558	(1.049.591)	(27.254)
Direitos de uso de software	1.082.553	1.650	-	1.084.203
(-) Amortização	(608.232)	-	(67.717)	(675.949)
Total intangível	474.321	1.650	(67.717)	408.254
(-) Subvenções a realizar	(7.051.951)	-	-	(5.934.643)
Total subvenções	(7.051.951)	-	-	(5.934.643)

Passivo circulante		2.018	2.017
Emprestimos de materiais e medicamentos (a)			
UPA - Porte II Dra. Corasi A. de Andrade	(177)	(1.796)	
SAMU - Mogi das Cruzes	-	(157)	
Pró-Saúde - Sede Administrativa	-	(191)	
Custos corporativos compartilhados (b)			
Sede Administrativa	(139.549)	(513.531)	
	(139.726)	(515.675)	

* Os valores relativos ao exercício de 2017 foram reclassificados para apresentação em contas de ativo na ordem de R\$ 11.807. Nas demonstrações financeiras do exercício anterior foram apresentados de forma líquida no passivo pelo montante de R\$ 503.868. (a) - **Emprestimos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos efetuados à (tomados de) outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **13. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.018	2.017
Saldo inicial	1.078.638	852.860
Adições (Nota 15 - despesa com pessoal)	673.573	435.608
Baixas por rescisões / transferências	(125.208)	(209.830)
Saldo final	1.627.003	1.078.638

14. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.018 montam a R\$ 40.133.189 (Em 2017 - R\$ 40.530.000).

Descrição	2.018	2.017
Salários e ordenados	(10.161.652)	(10.585.120)
Horas extras e adicionais	(1.331.310)	(744.128)
Décimo terceiro salário	(1.095.425)	(937.205)
Cesta Básica/Refeição	(422.011)	(392.521)
Vale transporte	(99.168)	(101.199)
Insalubridade	(553.517)	(587.885)
Férias	(1.440.259)	(1.593.691)
FGTS	(1.147.682)	(1.148.502)

15. Despesas com Pessoal: Descrição

Descrição	2.018	2.017
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(673.573)	(435.608)
Contribuição Patronal ao INSS	(4.009.450)	(4.093.200)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	4.009.450	4.093.200
PIS	(142.411)	(107.258)
(-) Isenção do PIS	142.411	76.894
Outras	(179.744)	(274.490)
Total	(17.104.341)	(16.830.713)

16. Serviços de Terceiros: Descrição

Descrição	2.018	2.017
Serviços médicos de terceiros	(10.156.930)	(11.332.902)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(3.432.803)	(3.089.231)
Total	(13.589.733)	(14.422.133)

17. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

18. Drogas, Materiais e Medicamentos: Descrição	2.018	2.017
Medicamentos	(805.703)	(717.419)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(23.764)	(28.589)
Órtese e prótese	(28.325)	(26.896)
Materiais de uso do paciente (consumo)	(1.054.193)	(1.037.746)
Gases medicinais	(121.400)	(107.568)
Gêneros alimentícios	(926.388)	(545.628)
Materiais de higiene e limpeza	(374.852)	(355.583)
Materiais de conservação, reparos e manutenção	(199.636)	(104.490)
Impressos e materiais de expediente	(205.653)	(208.768)
Dieta enteral e parenteral	(33.183)	(491.695)
Outros	(55.966)	(194.250)
Total	(3.829.063)	(3.818.632)

19. Despesas Gerais e Administrativas: Descrição	2.018	2.017
Depreciação e amortização	(1.117.308)	(1.295.960)
Manutenções	(949.611)	(686.211)
Viagens e ajuda de custo	(1.128)	(10.296)
Locações	(482.723)	(458.431)
Energia elétrica, água, gás e telefonia	(2.046.490)	(1.866.416)
Bens de pequeno valor	(3.199)	(13.259)
Outras	(287.927)	(729.971)
Total	(4.888.386)	(5.060.544)

20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.018	2.017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.225.498	1.286.694
Pelo custo amortizado		
Contas a receber - Contrato de Gestão	2.885.436	5.330.843
Partes relacionadas	12.028	11.807
Total	4.122.962	6.629.344
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	991.206	885.445
Honorários médicos	867.199	1.454.739
Partes relacionadas	139.726	515.675
Total	1.998.131	2.855.859

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidades com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **21. INSS Cota Patronal:** (a) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº

1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.018 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) **Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **22. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de integração social):** A partir de maio de 2017 a Entidade passou a não recolher o PIS sobre Folha de Pagamento, baseada na Solução de Consulta COSIT nº 173/2017 de 13/03/2017, considerando que no item 15, b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) vinculou seu entendimento conforme previsto na Nota PGFN/CASTF/Nº 637/2014 de 29/05/2014, onde reafirma a Imunidade ao PIS sobre Folha de Pagamento às entidades beneficentes de assistência social (que atendam aos requisitos da Lei), de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal Federal. **COFINS (Contribuição para financiamento da entidade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foi:

Descrição	2.018	2.017
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.238.037	1.259.587
Contribuição patronal ao INSS	4.009.450	4.093.200
PIS sobre folha de pagamento	142.411	135.340
Total	5.389.898	5.488.127

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente
Miguel Paulo Duarte Neto - Diretor Corporativo Administrativo Financeiro
Meredith C. Barcelos - Diretor Administrativo Financeiro do Hospital
Rodrigo Ruiz da Silva - Contador do Hospital - CRC 1SP 275541/O-8

David Martins Ferreira - Contador Corporativo - CRC: 1SP 195.413/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes/SP (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado déficits operacionais recorrentes, fato que tornou o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, para equilibrar os custos com as receitas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2018; (ii) Até a presente data não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

MMD Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.270.797/0001-35

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)		Demonstração de Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto		
Balanco Patrimonial	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo	6.464.240,72	5.950.394,93	2.054.925,32	5.768.846,04		
Circulante	689.278,00	175.409,67				
Disponível	645.667,15	105.127,85	1.630.213,78	487.385,62	1.859.136,07	1.559.006,04
Estoque	5.082,03	5.552,58	502.557,70	5.500.000,00	22,54	66,63
Outros Créditos	35.675,91	64.729,24	(77.846,16)	(218.539,58)		
Impostos a Recuperar	2.852,91	-	(470,55)	(3.848.641,67)		
Não Circulante	5.774.962,72	5.774.985,26			1.859.158,61	1.559.072,67
Ativo Realizável a Longo Prazo	47.864,00	47.864,00				
Investimentos	5.727.098,72	5.727.098,72				
Imobilizado	-	22,54				
Passivo	6.464.240,72	5.950.394,93	2.054.454,77	1.920.204,37		
Circulante	22.220,02	135.560,30				
Fornecedores	940,00	965,00	(57.675,32)	(150.171,94)		
Obrigações Tributárias	18.559,38	37.765,69	(50.116,88)	(131.857,83)	24.914,10	(10.000,00)
Obrigações Trabalhistas	1.698,12	1.667,86	(7.558,44)	(18.314,11)	-	27.973,60
Outras Obrigações	1.022,52	95.161,75	(19.206,52)	(1.868,30)	(2.852,91)	54.838,09
Não Circulante	1.252.445,00	1.538.395,00				
Obrigações com Sócios	1.252.445,00	1.538.395,00				
Patrimônio Líquido	5.189.575,70	4.276.439,63	19.206,52	1.868,30		
Capital Social	92.001,00	92.001,00	20.327,72	31.295,19		
Reservas de Lucros	5.097.574,70	4.184.438,63	(1.121,20)	(29.426,89)	(19.206,31)	21.989,48
			18.905,60	(40,07)	30,26	101,46
			18.906,30	-	90.000,00	90.672,52
			(0,70)	(40,07)	-	(363.001,37)
			2.034.891,57	1.771.860,66		
			Constituição Social	(54.206,75)	(76.249,82)	
			Imposto de Renda	(121.548,75)	(136.604,80)	
			Lucro Líquido do Exercício	1.859.136,07	1.559.006,04	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Adiantamento Futuro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	92.001,00	18.400,20	2.647.070,11	50.000,00	-	2.807.471,31
Reserva de Lucros	-	-	1.518.968,32	-	(1.518.968,32)	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.559.006,04	1.559.006,04
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(40.037,72)	(40.037,72)
Adiantamento para futuro Aumento de Capital	-	-	-	(50.000,00)	-	(50.000,00)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	92.001,00	18.400,20	4.166.038,43	-	-	4.276.439,63
Reserva de Lucros	-	-	913.136,07	-	(913.136,07)	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.859.136,07	1.859.136,07
Retirada de Lucros	-	-	-	-	(946.000,00)	(946.000,00)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	92.001,00	18.400,20	5.079.174,50	-	-	5.189.575,70

Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos - (4.000.000,00)

Atividades de Investimento
 Aumento/Redução Participações Societárias - (4.000.000,00)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos - (4.000.000,00)

Atividades de Investimento
 Aumento/Redução de Lucros e Dividendos a pagar (285.950,00) (350.850,00)
 Lucros e Dividendos pagos (946.000,00) -
 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - (50.000,00)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos (1.231.950,00) (400.850,00)

Atividades de Investimento
 Redução nas Disponibilidades 540.539,30 (220.587,40)
 Disponibilidades - No Início do Período 105.127,85 325.715,25
 Disponibilidades - No Final do Período 645.667,15 105.127,85